



**NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS 2025
ICMBio**

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

As Demonstrações Contábeis e as práticas contábeis utilizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Órgão 44207, autarquia federal, estão estruturadas na Lei n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI.

A Coordenação de Contabilidade - CONT é a setorial Contábil do Órgão, tendo atribuições: responsável pelo planejamento, coordenação e monitoramento das ações vinculadas ao processo de gestão contábil no âmbito do ICMBio. Dentre as competências definidas pelo regimento interno Portaria ICMBio n. 5.592/2025, compete o acompanhamento do registro da conformidade de Registro de Gestão e do respectivo registro de Conformidade Contábil das Unidades Gestoras relacionadas:

- 443032 ICMBio Sede – UG Setorial Orçamentária, CNPJ 08.829.974/0001-94;
- 443033 ICMBio Sede CGFIN/ DIPLAN - CNPJ 08.829.974/0002-75;
- 443034 Gerência Regional Nordeste GR2, CNPJ 08.829.974/0003-56;
- 443036 Coord. Obras e Projetos COPEA - CNPJ 08.829.974/0006-07;
- 443040 Apoio aos Centros de Pesquisa - DIAC, CNPJ 08.829.974/0004/37;
- 443043 Gerência Regional Norte GR1 Norte - CNPJ 08.829.974/0016-70;
- 443048 Gerência Regional Sul GR5 Sul - CNPJ 08.829.974/0012/47;
- 443055 Gerência Regional Sudeste GR4 - CNPJ 08.829.974/0025-61 ;
- 443992 Gerência Regional Centro-Oeste GR3 - CNPJ 08.829.974/0038-86;
- 447157 KFW

Demonstrações Contábeis do exercício anterior (2024):

As Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e a Declaração do Contador referentes ao exercício findo em 2024 estão publicadas no site do ICMBio no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao>

De antemão, os achados de Auditoria 2022, com relação à Avaliação da Elaboração das Informações Contábeis e Financeiras do Instituto:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna/auditoria-interna>

As demonstrações contábeis do ICMBio são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos do Instituto;
- Demonstração das Variações Patrimoniais: neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas;
- Balanço Orçamentário: traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada, e a despesa autorizada versus a executada; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa: visam demonstrar o fluxo financeiro do Instituto no período, isto é, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Critérios sobre a revisão analítica dos Demonstrativos Contábeis:

- Para a revisão analítica de 2025, o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e o Balanço Orçamentário (BO) serão comparados com os dados acumulados do exercício anterior (2024).

Principais visibilidades em 2025:

- A receita realizada pelo Instituto, acumulada no exercício, alcançou R\$ 160,4 milhões. Este montante reflete uma redução significativa de 36% na comparação com o ano de 2024, dado confirmado no Balanço Orçamentário.
- O total de Restos a Pagar, que soma R\$ 27,1 milhões, indica uma transição de exercício com as contas saneadas e o passivo de curto prazo sob controle.
- Resultado Financeiro Negativo (Déficit Operacional): O déficit de R\$ (67,7) milhões no Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) revela que, na operação diária do Instituto em 2025, os desembolsos (pagamentos de despesas e investimentos) superaram os ingressos (receitas).
- Resultado superavitário patrimonial de R\$ 2.063,5 milhões (nota n.1) agregado ao Patrimônio Líquido, apurado no Demonstrativo de Variações Patrimoniais – DVP.

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Neste demonstrativo serão evidenciadas as alterações no patrimônio até o encerramento do exercício de 2025. O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. O resultado apurado, superávit ou déficit, será agregado ao resultado acumulado no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo este.

A tabela, a seguir, demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram no acumulado dos exercícios de 2025 e 2024.

	Nota	2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA 40000.00.00		7.573,8	4.332,7
Exploração de bens, serviços e direitos 43000.00.00		157,7	180,0
Transferências e delegações recebidas 45000.00.00	2	7.331,6	1.997,8
Valorização de ativos e desincorporação passivos 46000.00.00	3	68,0	32,7
Outras VPA 49000.00.00	4	16,2	2.122,0
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD 30000.00.00		5.510,2	2.703,2
Pessoal e encargos 31000.00.00		633,1	513,5
Benefícios previdenciários e encargos 32000.00.00		149,7	127,5
Uso de bens, serviços e consumo 33000.00.00 + 34	5	429,2	336,0
Transferências e delegações concedidas 35000.00.00	6	4.272,3	1.332,0
Desvalorização de ativos e incorporação passivos 36000.00.00	7	21,2	385,1
Tributárias, outras VPD 37000.00.00+39		4,2	4,4
Resultado Patrimonial do Período 49999.00.00	1	2.063,5	1.633,2

→ R\$ milhões

O Instituto apresentou um crescimento robusto em suas operações. O Resultado Patrimonial do Período foi superavitário em ambos os anos. Houve aumento significativo tanto nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) quanto nas Diminutivas (VPD) de 2024 para 2025.

Análise das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

- As Transferências e delegações recebidas foram o principal item de crescimento da VPA em 2025 (aumento de R\$ 1.997,8 milhões para R\$ 7.331,6 milhões).
- No entanto, as Outras VPA tiveram uma redução drástica (de R\$ 2.122,0 para R\$ 16,2 milhões), o que indica que um evento não ocorrente de grande valor ocorreu em 2024 (vide Nota Explicativa n.9).

Análise das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

- As Transferências e delegações concedidas foram o principal item de VPD e apresentaram um aumento expressivo em 2025 (de R\$ 1.332,0 milhões para R\$ 4.272,3 milhões), refletindo maiores repasses.
- As despesas com Pessoal e encargos e Uso de bens, serviços e consumo também cresceram, o que é esperado com o aumento das atividades.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Detalhamento da Tabela

	2025	2024	Análise
VPA (Total)	7.573,8	4.332,7	Aumento de 75% em 2025, impulsionado por transferências recebidas.
Transferências e delegações recebidas	7.331,6	1.997,8	Principal fonte de receita em 2025.
Outras VPA	16,2	2.122,0	Forte redução, indicando evento atípico em 2024.
VPD (Total)	5.510,2	2.703,2	Aumento de mais de 100% em 2025, principalmente devido a transferências concedidas.
Transferências e delegações concedidas	4.272,3	1.332,0	Principal despesa em 2025.
Pessoal e encargos	633,1	513,5	Crescimento contínuo de despesas com pessoal.
Desvalorização de ativos...	21,2	385,1	Redução significativa nesta despesa em 2025.
Resultado Patrimonial	2.063,5	1.633,2	Superávit crescente, indicando crescimento das operações.

→ R\$ milhões

Nota 1. O resultado patrimonial do período foi superavitário em aproximadamente R\$ 2.063,5 milhões, representando a diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Esse resultado impactará diretamente o balanço patrimonial, aumentando o patrimônio líquido do Instituto.

Nota 2. Este grupo de contas representa a movimentação de valores recebidos de outros órgãos ou unidades do mesmo órgão, a exemplo de repasses e sub-repasses de recursos, transferências para execução orçamentária delegada, inclusive doações recebidas de bens móveis.

Nota 3. O grupo de contas "Valorização de Ativos e Desincorporação de Passivos" é constituído pelos subgrupos de valorização e ganhos com incorporação de ativos e desincorporação de passivos. Nesse grupo de contas, o título "Desincorporação de Passivos" decorre de baixas de obrigações relacionadas às aprovações, pelos órgãos concedentes, das prestações de contas dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Também constam nessa conta lançamentos de compromissos tributários realizados referentes ao Sistema EFD-REINF e DARF numerado.

Nota 4. As informações deste grupo estão replicadas na nota explicativa n.9.1.

Nota 5. Neste grupo estão alocadas despesas com material de consumo e serviços na sede administrativa, nas gerências regionais, nas unidades de conservação e centros de pesquisa. O material de consumo refere-se a material de consumo imediato, além de gêneros de alimentação, fornecidos sob demanda, para atendimento das necessidades dos animais nos centros de pesquisa e conservação.

De igual modo, os itens registrados como farmacológicos destinam-se a atividades de pesquisa, manejo e manutenção.

Também foram apropriadas neste grupo despesas com serviços técnicos especializados: serviços nas áreas de contabilidade, economia, direito, regulação

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

fundiária; serviços de apoio técnico, em sua maioria relativos à prestação de serviços de secretariado, vigilância, portaria, recepcionistas, suporte administrativo, tecnologia da informação, tratadores de animais, serviços de copa, manutenção da frota (contrato de fornecimento de combustível, peças e manutenção), locação de imóveis, serviços de comunicação, transporte, passagens, saneamento e energia.

Nota 6. As transferências e delegações concedidas representam valores oriundos da movimentação de recursos concedidos a outros órgãos ou a unidades do mesmo órgão. São exemplos: repasses e sub-repasses de recursos, transferências para execução orçamentária delegada e doações de bens móveis.

Nota 7. As informações deste grupo estão replicadas na nota explicativa n.9.1.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial são representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, bem como o resultado do período e o acumulado ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

A estrutura do Balanço Patrimonial no setor público segue o estabelecido na Lei n. 4.320/64 e é detalhada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP). O BP do ICMBio, alinhado ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo Circulante 11000.00.00		510,2	573,9
Caixa 11100.00.00	8	491,7	559,5
Créditos a Curto Prazo 11300.00.00	9	18,4	14,4
Estoques 11500.00.00	10	-	-
Ativo Não Circulante 12000.00.00		18.045,5	12.930,0
Realizável a Longo Prazo 12100.00.00	11	2.043,9	2.043,8
Imobilizado 12300.00.00	12	15.998,9	10.883,6
Intangível 12400.00.00	13	2,5	2,5
Total do Ativo		18.555,7	13.504,0

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Passivo Circulante 21000.00.00		161,0	112,6
Obrigações Trabalhistas 21100.00.00	16	78,2	42,4
Fornecedores e Contas a Pagar 21300.00.00	17	8,5	7,9
Transferências fiscais 21500.00.00	14	3,8	123,7
Demais Obrigações 21400.00.00 + 21800.00.00	15	70,3	62,0
Passivo Não Circulante		-	-
Patrimônio Líquido 23000.00.00		18.394,7	13.391,2
Reserva de reavaliação bens imóveis 23611.01.00		2.828,7	3.998,8
Resultados Acumulados 23700.00.00	17	15.565,9	13.391,2
Resultado do exercício 23711.01.00	1	2.063,5	1.633,2
Resultado de exercícios anteriores 23711.02.00	18	13.387,3	11.812,20
Ajustes de exercícios anteriores 23711.03.00	19	114,9	(54,2)
Total do Passivo + PL		18.555,7	13.504,0

➡ R\$ milhões

A situação patrimonial líquida positiva de aproximadamente R\$ 18,3 bilhões é um indicador robusto da solvência do Instituto. No setor público, isso indica que o valor total dos bens, direitos e recursos controlados pelo ICMBio (Ativo) é significativamente superior às suas obrigações e dívidas (Passivo Exigível).

Essa diferença positiva é registrada contabilmente na conta do Patrimônio Líquido (PL). No contexto de uma autarquia federal, esse valor é composto principalmente pelo:

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

- Patrimônio Social/Capital: O valor inicial dos bens e recursos transferidos pela União para a criação da autarquia.
- Resultados Acumulados: O acúmulo de superávits (resultados positivos) e déficits (resultados negativos) dos exercícios anteriores.

O fato de o ICMBio manter um PL positivo expressivo demonstra que a gestão dos recursos públicos tem gerado acréscimos ao patrimônio da União sob a administração da autarquia.

Análise do Ativo

O Ativo total do Instituto, predominantemente composto por itens não circulantes, é coerente com a missão de gestão territorial e de infraestrutura de conservação.

Considerando que o balanço pertence a um ente público gestor de unidades de conservação (UCs) em âmbito nacional, a análise ganha nuances específicas, refletindo a natureza das suas operações, que envolvem a gestão de bens de uso comum e investimentos em infraestrutura de conservação.

Caixa

Nota 8. A conta Caixa reflete a disponibilidade financeira do ente público. Em 2025, o saldo totalizou R\$ 491,7 milhões, valor que integra o somatório dos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional. Apesar de o Ativo Circulante ser proporcionalmente menor em relação ao total do ativo, o saldo de caixa é considerado robusto. Tais recursos representam ativos com livre movimentação para aplicação nas operações rotineiras do Instituto, como a manutenção básica das unidades de conservação para os quais não há restrições de uso imediato.

CAIXA	2025
Caixa 11100.00.00	491,7
Limite de saque com vinculação de pagamento 11112.20.01	407,9
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento 11112.20.03	57,0
Garantias 11131.02.00	26,7

→ R\$ milhões

A mensuração da movimentação dos recursos financeiros (entradas e saídas ocorridas durante o período analisado) é evidenciada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC). O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativos cruciais quanto à saúde financeira, à paridade das contas públicas e à capacidade de expansão das despesas com recursos próprios.

No exercício de 2025, os ingressos foram menores que os desembolsos, resultando em um fluxo de caixa líquido (geração líquida de caixa) negativo de R\$ (67,7) milhões.

CAIXA	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Geração Líquida de Caixa	(67,7)	(56,5)	(10,2)	465,5	69,2	(55,8)	10,8
Caixa Inicial	559,5	616,0	626,3	160,8	91,5	147,3	136,4
Caixa Final	491,7	559,5	616,0	626,3	160,8	91,5	147,3

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

A análise da série histórica na tabela demonstra que o exercício de 2025 é o terceiro ano consecutivo em que o Instituto apresenta um resultado financeiro negativo na geração líquida de caixa.

O déficit de R\$ (67,7) milhões é o indicador mais crítico. Ele revela que, na operação diária do Instituto em 2025, os desembolsos (pagamentos de despesas e investimentos) superaram os ingressos (receitas).

Este número, somado aos déficits de R\$ (56,5) milhões em 2024 e R\$ (10,2) milhões em 2023, confirma uma tendência de “queima de caixa” em três anos consecutivos. O fato de o caixa totalizar R\$ 491,7 milhões ao final de 2025 demonstra que o Instituto ainda possui uma boa liquidez e capacidade de honrar seus compromissos imediatos, ou seja, o Instituto está utilizando esse “colchão de segurança” para financiar suas operações deficitárias recentes.

Essa tendência de déficits operacionais contrasta fortemente com o resultado superavitário expressivo de R\$ 465,5 milhões registrado em 2022. Tal acréscimo decorre da arrecadação de R\$ 375,0 milhões referente à celebração do Contrato de Concessão nº 001/2022 do Parque Nacional do Iguaçu, firmado entre o ICMBio e a concessionária Urbia Cataratas S.A., conforme detalhado nas Notas Explicativas do Exercício de 2022.

Esse ingresso atípico de recursos foi o principal responsável por inflar o saldo de caixa inicial dos anos seguintes, permitindo que o Instituto mantivesse um saldo final robusto em 2025 (R\$ 491,7 milhões). No entanto, a sustentação da atual tendência de ingressos menores que os desembolsos indica um consumo das reservas financeiras acumuladas, o que exige um monitoramento das fontes de receita e da estrutura de custos.

Créditos de curto prazo

Nota 9 e 9.1: A linha de Créditos de curto prazo (especificamente a sublinha de infrações ambientais) mostra uma redução drástica em 2024 porque a gestão contábil corrigiu um erro de registro, movendo centenas de milhões de reais de uma categoria (curto prazo) para outra mais apropriada (longo prazo/dívida ativa).

Demais créditos e valores de curto prazo	nota	2025	2024	2023
Demais créditos e valores de curto prazo 11300.00.00	9	18,4	14,4	404,6
Adiantamento concedidos a pessoal, 13º salários, férias 11311.00.00		1,0	2,8	8,2
Créditos administrativos diversos responsáveis 11340.00.00		0,1	0,1	0,1
Créditos a receber 11380.00.00		12,0	11,5	396,3
Créditos decorrentes de infrações ambientais 11381.07.00	9.1	-	-	374,3
Adiantamentos termo de execução descentralizados 11382.38.00	9.2	12,0	11,5	22,0
Estoques 11500.00.00	10	-	-	2,5
Materiais de consumo 11561.01.00		-	-	2,5



R\$ milhões

Natureza dos Créditos (Nota 9 e 9.1)

A maior parte dos créditos provém de multas ambientais aplicadas pelo Instituto (exercício do poder de polícia). Historicamente, esses valores eram registrados incorretamente como de curto prazo, mesmo após 12 meses sem movimentação ou quando já deveriam estar inscritos em Dívida Ativa.

-

O Problema Contábil Identificado

Havia uma falha processual: os créditos não eram reclassificados de curto para longo prazo após o período adequado e não havia o tratamento contábil para perdas estimadas. Isso inflava artificialmente o saldo de curto prazo nos balanços de 2023 (R\$ 374,3 milhões).

A Regularização em 2024

Após recomendações de auditoria interna e a implementação de um Plano de Ação, o Instituto realizou a baixa integral desses valores da conta de curto prazo e os migrou para a conta de Dívida Ativa Não Tributária (longo prazo).

Essa reclassificação resultou na queda acentuada dos valores na linha "Créditos decorrentes de infrações ambientais" em 2024 (passou de R\$ 374,3 milhões em 2023 para zero na tabela de 2024/2025).

Nota 9.2. Adiantamento de recursos financeiros relativos a Termos de Execução Descentralizadas – TED, concedidos a entidades parceiras para execução de ações de interesse do Instituto. Os registros são baixados mediante comprovação, pelo Conveniente, da aplicação dos recursos transferidos. A planilha de controle está sendo devidamente acompanhada, encontrando-se em fase final de conciliação e com os instrumentos ainda vigentes.

Nota 10. Atualmente, as compras de material de consumo, bem como a respectiva distribuição, são realizadas por meio de contratação de almoxarifado virtual.

Ativo não circulante

Ativo não circulante	2025	2024	2023
Ativo não circulante 12000.00.00	18.045,5	12.930,0	10.855,8

Ativo Imobilizado como Principal Ativo: O imobilizado (R\$ 18.045,5 milhões em 2025) representa o núcleo patrimonial da entidade. Esse valor inclui as infraestruturas das UCs, centros de visitantes, edificações administrativas, veículos e equipamentos de fiscalização e monitoramento. O aumento expressivo indica forte incorporação de novos bens ao patrimônio, essenciais para a efetividade da gestão das áreas protegidas.

Ativo não circulante/ Ativo realizável a longo prazo

Ativo não circulante	Nota	2025	2024	2023
Ativo realizável a longo prazo 12100.00.00	11	2.043,8	2.043,8	15,1
Dívida ativa não tributária 12111.05.00	11.1	2.029,7	2.029,7	1,2
Depósitos judiciais efetuados 12121.06.03	11.2	13,5	13,4	13,2

Nota 11 e 11.1. A tabela e as notas explicativas demonstram uma reclassificação contábil significativa dos valores devidos ao Instituto, especificamente no que tange à Dívida Ativa Não Tributária. O principal ponto de atenção na tabela é o salto expressivo no total do Ativo Realizável a Longo Prazo entre 2023 (R\$ 15,1 milhões) e 2024/2025 (R\$ 2.029,7 milhões).

O aumento substancial de R 1,2 milhão (2023) para R\$ 2.029,7 milhões (2024/2025) na linha de Dívida ativa não tributária 2.029,7 milhões (2024/2025) não decorre de novas autuações no período, mas sim de um ajuste contábil (conforme detalhado na Nota Explicativa 9 e 9.1, citada anteriormente).

Valores de multas ambientais que estavam incorretamente registrados como créditos de curto prazo foram finalmente reclassificados para o longo prazo. Essa movimentação regulariza a apresentação do balanço, refletindo com maior precisão o fato de que esses valores demandam um processo de cobrança mais longo e formal (inscrição em dívida ativa).

Apesar de a reclassificação dos R\$ 2 bilhões para o Ativo Realizável a Longo Prazo ter corrigido uma incorreção na classificação do prazo, a falta do respectivo ajuste para perdas prováveis (PDD) é uma deficiência contábil material.

A Dívida Ativa deve ser registrada pelo seu potencial de arrecadação real, e não pelo seu valor bruto de origem. A instituição deve, urgentemente, constituir essa provisão para aderir plenamente às normas contábeis aplicadas ao setor público.

Regularização em 2026/ Metodologia do Ajuste

A instituição pública deve estabelecer uma metodologia clara e documentada para o cálculo desse ajuste, baseada em dados históricos de recebimento, idade da dívida, garantias apresentadas, e status judicial dos processos. A reclassificação contábil da dívida de curto para longo prazo foi um passo importante para a conformidade, mas o passo subsequente e crucial é a aplicação da estimativa de perdas prováveis.

Nota 11.2. A linha de Depósitos Judiciais Efetuados apresenta estabilidade e valores materialmente menores (cerca de R\$ 13,5 milhões), representando valores que o Instituto precisou depositar em juízo para custas processuais, perícias e desapropriações.

A variação nos saldos do Ativo Realizável a Longo Prazo reflete uma melhoria na fidedignidade das informações contábeis, resultado da implementação de recomendações de auditoria para o correto gerenciamento e reclassificação dos créditos a receber. O fluxo para validação de precatórios também foi pautado, indicando um esforço contínuo na governança dos processos judiciais e financeiros, cujo detalhamento pode ser acessado no site do Instituto:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna/auditoria-interna>.

Ativo não circulante/ Imobilizado

Ativo não circulante	Nota	2025	2024	2023
Imobilizado 12300.00.00	12	15.998,9	10.883,6	10.838,5

Nota 12: O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição ou custo histórico. A mensuração e o tratamento contábil desses ativos devem seguir os preceitos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), em conformidade com o Manual de Contabilidade

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Aplicada ao Setor Público (MCASP), observando-se o registro da depreciação ou amortização, quando aplicável, de forma a refletir a base de valor de recuperação do ativo.

Ativo não circulante/ Imobilizado/ Bens móveis

Ativo não circulante/ Imobilizado	Nota	2025	2024	2023
Bens móveis 12310.00.00	12.1	419,3	258,2	195,9
Depreciação bens móveis 12381.01.00		(87,2)	(89,3)	(66,2)
Valor contábil líquido bens móveis		332,1	168,9	129,7

Nota 12.1. Tratamento Contábil e Controle dos Bens Móveis

O Instituto tem avançado significativamente na modernização da sua gestão patrimonial, com destaque para a expansão do uso de sistemas estruturantes, embora ainda enfrente desafios pontuais relacionados à conciliação dos saldos legados.

Contextualização e Avanços na Gestão:

- **Implantação do SIADS:** O Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) já se encontra em plena operação na Sede e atende à maior parte das unidades descentralizadas. O processo de implantação nas unidades restantes encontra-se em fase final de conclusão, garantindo maior integração com o SIAFI e transparência nos registros.
- **Depreciação Individualizada:** Com a operacionalização do SIADS, o Instituto superou o método de cálculo agregado. A depreciação mensal passou a ser processada de forma individualizada por bem, permitindo o controle preciso da vida útil, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido de cada ativo.

Desafios Remanescentes (Conciliação Contábil):

Divergência Físico x Contábil: Apesar dos avanços, persiste um passivo de divergência entre os registros físicos (SIADS) e os saldos contábeis (SIAFI). Historicamente, itens adquiridos foram incorporados fisicamente, mas pendências em procedimentos de baixa ou ajustes de exercícios anteriores geraram um descompasso que impacta a fidedignidade imediata dos saldos do Ativo Imobilizado.

Medidas de Saneamento e Plano de Ação:

Para mitigar as inconsistências e garantir a conformidade com as normas da STN e recomendações dos órgãos de controle (CGU/TCU), o Instituto adotou medidas enérgicas:

- **Grupo de Trabalho e Parceria Setorial:** Foi firmada uma parceria estratégica entre o Setor de Patrimônio e a Coordenação de Contabilidade, com a instituição de um Grupo de Trabalho focado exclusivamente na redução da divergência entre SIAFI e SIADS.
- **Foco na Validação do Batimento:** O esforço atual concentra-se prioritariamente na resolução da "implantação pendente de validação do batimento". O objetivo é destravar as pendências sistêmicas que impedem o alinhamento automático dos saldos, assegurando que a carga inicial e as movimentações subsequentes reflitam a realidade física e contábil da Autarquia.

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

O monitoramento dessas ações e o detalhamento das recomendações da Auditoria Interna continuam disponíveis nos relatórios de gestão no site do Instituto.

Ativo não circulante/ Imobilizado/ Bens imóveis

A tabela de Bens Imóveis demonstra um crescimento expressivo do patrimônio imobiliário do Instituto, com destaque para a variação entre 2024 e 2025, e aponta desafios na regularização documental dos bens.

Ativo não circulante/ Imobilizado	Nota	2025	2024
Bens imóveis 12320.00.00	12.2	15.682,0	10.728,4
Bens imóveis registrados no SPIUnet 12321.01.00		15.465,1	10.528,1
Bens imóveis não registrados no SPIUnet 12321.02.00	12.3	169,9	156,0
Bens imóveis em andamento 12321.06.00		42,4	39,8
Obras em andamento 12321.06.01	12.4	41,3	38,6
Estudos e projetos 12321.06.05		1,1	1,1
Instalações 12321.07.00		3,0	3,0
Benfeitorias em propriedades de terceiros 12321.08.00		1,2	1,2
Depreciação bens imóveis 12381.02.00		(15,1)	(13,7)
Valor contábil líquido bens imóveis		15.666,9	10.714,7

→ R\$ milhões

O principal fato a ser notado na tabela é o aumento significativo no valor contábil líquido dos bens imóveis, que passou de R\$10.714,7milhões em 2024 para R\$15.666,9 milhões em 2025. Esse acréscimo de aproximadamente R\$ 4,95 bilhões indica uma forte incorporação de novos ativos imobiliários ao patrimônio da Instituto.

Nota 12.2. Composição do Patrimônio: A maior parte do patrimônio imobiliário do ICMBio é constituída por parques, reservas e edificações, totalizando a maior parte dos valores apresentados. A maior parte desses bens está devidamente registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet) e apropriada no SIAFI.

Notas 12.3 e 12.4. Apesar do registro predominante no SPIUnet, persistem inconsistências históricas. Há um montante de R\$ 169,9 milhões em bens imóveis não registrados no SPIUnet, que demandam análise minuciosa e providências de regularização.

Similarmente, existem saldos remanescentes em contas de Obras em Andamento e Estudos/Projetos (R\$ 41,3 milhões em 2025). A gestão contábil e patrimonial precisa garantir a baixa desses valores para o ativo concluído assim que as obras forem finalizadas, além de proceder com a reavaliação periódica dos imóveis.

Ativo não circulante/ Imobilizado/ Intangível

A tabela de Ativo Intangível apresenta valores materialmente irrelevantes em comparação ao ativo total do Instituto, mas a Nota 13 destaca importantes desafios operacionais e de conformidade contábil.

Ativo não circulante/ Intangível	Nota	2025	2024	2023
Intangível 12400.00.00	13	2,5	2,5	2,2
Softwares 12411.01.01	13.1	2,5	2,5	2,2

→ R\$ milhões

Nota 13 e 13.1. O saldo do Ativo Intangível permanece estável entre 2024 e 2025, totalizando R\$ 2,5 milhões, composto exclusivamente por *softwares*.

O tratamento do ativo intangível segue a NBCASP 07 (Ativo Intangível) e o MCASP, que definem o intangível como um ativo não monetário identificável, sem substância física. O reconhecimento inicial ocorre apenas se o custo puder ser mensurado confiavelmente e se for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços dele fluirão para a entidade.

Ausência de Integração e Metodologia: O Instituto ainda carece de procedimentos metodológicos claros e de sistemas integrados para o reconhecimento, mensuração e evidência adequados de todos os ativos intangíveis e suas respectivas amortizações.

Implementação do SIADS: O módulo específico para o registro e controle do intangível no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) ainda está em desenvolvimento.

Impacto: A falta de um sistema robusto e de procedimentos definidos impede o registro e o controle individualizado de novos softwares desenvolvidos internamente ou adquiridos, subestimando potencialmente o valor real do ativo intangível nas demonstrações contábeis e inviabilizando o cálculo e registro da amortização (depreciação de ativos intangíveis) de forma tempestiva e precisa.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Passivo

O Grupo do Passivo é majoritariamente composto por obrigações de curto prazo. O Passivo Não Circulante é nulo, indica que a entidade não possui dívidas de longo prazo ou financiamentos que comprometam orçamentos futuros, uma situação de saúde financeira e orçamentária ideal para um órgão público.

Passivo/ Passivo Circulante	nota	2025	2024	2023
Passivo Circulante 21000.00.00		161,0	112,6	66,8
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. 21100.00.00	16	78,2	42,4	34,9
Fornecedores e contas a pagar 21300.00.00	17	8,5	7,9	3,0
Transferências fiscais 21500.00.00	14	3,8	-	14,3
Demais obrigações a curto prazo 21800.00.00	15	70,2	62,0	14,4
Transferências recebidas a comprovar 21892.06.00	15.1	19,1	36,9	2,2

➔ R\$ milhões

O Passivo Circulante apresenta uma tendência de crescimento contínuo nos últimos três anos, passando de R\$ 66,8 milhões em 2023 para R\$ 161,0 milhões em 2025. Esse aumento reflete, principalmente, o incremento das obrigações que serão liquidadas no exercício seguinte.

Nota 14. Após ser zerada em 2024, a conta retoma um saldo de R\$ 3,8 milhões em 2025. Trata-se de recursos a serem transferidos a entidades para execução orçamentária de convênios.

Nota 15 e 15.1. Esta conta apresentou grande volatilidade. Embora tenha reduzido de R\$ 36,9 milhões em 2024 para R\$ 19,1 milhões em 2025, o valor representa recursos recebidos antecipadamente (via TEDs) cuja prestação de contas ou execução do objeto ainda não foi finalizada. O acompanhamento da planilha de controle é realizado continuamente e medidas de gestão são efetuadas tempestivamente.

Nota 16. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: Esta é a maior rubrica do passivo em 2025 (R\$ 78,2 milhões). O aumento é expressivo entre 2024 e 2025 (de R\$ 42,4 milhões para R\$ 78,2 milhões) reflete o regime de competência (NBCASP 16) que exige o provisionamento de despesas incorridas, mas ainda não pagas. A maior parte (R\$ 22,2 milhões) refere-se a férias a pagar, seguida pelos salários (R\$ 47,4 milhões) e encargos sociais retidos e a recolher (R\$ 8,2 milhões). Esses valores representam passivos operacionais rotineiros e esperados na gestão de pessoal.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido 23000.00.00	Nota	18.394,7	13.391,2
Reserva de reavaliação bens imóveis 23611.01.00		2.828,7	3.998,8
Resultados Acumulados 23700.00.00	17	15.565,9	13.391,2
Resultado do exercício 23711.01.00	1	2.063,5	1.633,2
Resultado de exercícios anteriores 23711.02.00	18	13.387,3	11.812,20
Ajustes de exercícios anteriores 23711.03.00	19	114,9	(54,2)



R\$ milhões

Nota 17. Resultados Acumulados foi o principal item impulsionador do crescimento do Patrimônio Líquido, aumentando de R\$ 13.391,2 milhões em 2024 para R\$ 15.565,9 milhões em 2025.

Nota 18. Resultado do Exercício gerou um resultado positivo substancial no exercício de 2025, superando o resultado de 2024 (R\$ 1.633,2 milhões). Esse resultado positivo contribui diretamente para o aumento dos Resultados Acumulados.

Nota 19. Ajuste de Exercícios Anteriores saiu de um valor redutor de R\$ 54,2 milhões em 2024 para um R\$ 114,9 milhões em 2025. Essa mudança líquida de R\$ 169 milhões impactou positivamente o PL de 2025.

O Balanço Patrimonial indica solidez no que tange ao patrimônio da entidade. O aumento líquido do Patrimônio Líquido em mais de R\$ 5 bilhões é um indicativo positivo, demonstrando que a instituição tem gerado superávits consistentes (evidenciado pelo Resultado do Exercício) e possui uma base patrimonial sólida.

Demonstrativo Orçamentário por Unidade Orçamentária – UO

Este demonstrativo apresenta as receitas previstas em comparação com as receitas realizadas, resultando no saldo, que pode ser um excesso ou uma insuficiência de arrecadação. Também discriminará as despesas por categorias, detalhando:

- A dotação inicial e dotação atualizada;
- As despesas empenhadas;
- As despesas liquidadas;
- As despesas pagas;
- O saldo da dotação.

Define-se demonstrativo orçamentário por Unidade Orçamentária (UO) como a consolidação dos créditos alocados pela instituição detentora da dotação orçamentária, os quais são consignados às suas unidades gestoras executoras, incluindo a descentralização de créditos delegados a outros entes para a realização de ações programáticas pertinentes.

Balanço Orçamentário

A seguir, de forma detalhada, as receitas realizadas em 2025:

	2025	2024
Total receita corrente e capital	160.425	250.783
Receita Patrimonial:	41.469	107.021
Exploração Patrimonial, concessões e arrendamentos	33.184	95.938
Exploração Recursos Naturais, Concessões Florestas	8.285	11.082
Receita Agropecuária	1	7
Receita de Serviços Administrativos	110.341	84.139
Outras receitas:	5.936	59.615
Multas	5.499	32.596
Indenizações	114	25.930
Demais receitas correntes	322	1.088
Receita Capital (alienação de bens)	2.676	-

➔ R\$ mil

As receitas realizadas pelo Instituto, de acordo com o SIAFI, acumuladas no exercício de 2025, foram aproximadamente de R\$ 160,4 milhões, redução de 36% em relação ao exercício anterior.

Evolução das Receitas

	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Total receita corrente e capital	160.425	250.783	106.512	446.579	146.222	48.197	139.884

➔ R\$ mil

A tabela mostra grande flutuação nas receitas ao longo dos anos, com picos em 2024 (R\$ 250,7 milhões) e 2022 (R\$ 446,5 milhões) e valores menores em 2020 (R\$48,1 milhões) e 2023 (R\$ 106,5 milhões). A receita de 2025, embora menor que a de 2024, é superior à de anos como 2023, 2021 e 2020, indicando que, apesar da queda recente, o valor não é o menor registrado historicamente no período.

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Despesa Orçamentária

Houve um crescimento em todas as fases da despesa de um ano para o outro, demonstram um cenário de expansão orçamentária em 2025 em comparação com o exercício de 2024. O Instituto planejou e executou um volume significativamente maior de recursos.

Indicador	2024	2025	Varição Absoluta	Varição
Total Empenhado	R\$ 1.021.414	R\$ 1.260.229	+R\$ 238.815	23,40%
Total Liquidado	R\$ 952.183	R\$ 1.187.754	+R\$ 235.571	24,70%
Total Pago	R\$ 890.645	R\$ 1.104.745	+R\$ 214.100	24,00%

Houve um crescimento consistente de aproximadamente 24% em todas as fases da execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento)

Tabelas comparativas da despesa orçamentária por UO em 2024 e 2025.

Despesa Orçamentária 2024	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Despesas correntes	980.975	937.846	878.439
Pessoal e encargos	462.182	462.182	424.163
Outras despesas	518.793	475.664	454.276
Despesa capital	40.438	14.337	12.205
Investimentos	40.438	14.337	12.205
Total	1.021.414	952.183	890.645

Despesa Orçamentária 2025	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
Despesas correntes	1.184.008	1.153.988	1.071.186
Pessoal e encargos	563.941	563.941	512.379
Outras despesas	620.067	590.047	558.807
Despesa capital	76.220	33.765	33.559
Investimentos	62.320	19.865	19.659
Inversão financeira	13.900	13.900	13.900
Total	1.260.229	1.187.754	1.104.745

→ R\$ mil

Destaque por Categoria de Despesa

O aumento foi generalizado, afetando tanto as despesas correntes (funcionamento) quanto as de capital (investimentos).

Despesas Correntes:

- **Aumento Sustentado:** as despesas correntes, que representam a maior parte do orçamento, cresceram de R\$ 980,9 milhões (2024) para R\$ 1.184,0 milhões (2025), um aumento de mais de R\$ 200 milhões.
- **Pessoal e Encargos:** esta subcategoria mostra um aumento proporcional ao crescimento geral, passando de R\$ 462,1 milhões para R\$ 563,9 milhões empenhados.
- **Outras Despesas Correntes (ODC):** também cresceram de R\$ 518,7 milhões para R\$ 620,0 milhões.

Despesa de Capital (investimentos):

- **Prioridade para Investimento:** o orçamento destinado a despesas de capital foi quase duplicado passando de R\$ 40,4 milhões (2024) para R\$ 76,2 milhões (2025).
- **Melhoria na Execução:** a execução financeira (pagamentos) das despesas de capital em 2025 (R\$ 33,5 milhões) é significadamente superior à de 2024 (R\$ 12,2 milhões) indicando maior eficácia na realização dos investimentos planejados.
- **Nova Categoria:** Em 2025, a categoria Inversão Financeira (R\$ 13,9 milhões) é evidenciada, o que sugere novas fontes ou tipos de aplicação de recursos que não estavam presentes, ou eram irrelevantes em 2024.

O Comparativo indica um ano de 2025 com maior disponibilidade e aplicação de recursos financeiros. A gestão demonstrou capacidade de absorver e executar um orçamento 23,4% maior que o ano anterior, com um destaque positivo para o incremento nas despesas de capital, que quase dobraram em valor empenhado.

Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do exercício orçamentário, em 31 de dezembro.

A distinção é feita da seguinte forma:

- Se a despesa foi empenhada e liquidada (ou seja, a obrigação foi de fato verificada/realizada), ela é inscrita como restos a pagar processados.
- Se a despesa foi apenas empenhada, mas não liquidada (não realizada até o fim do ano), ela é inscrita como restos a pagar não processados.

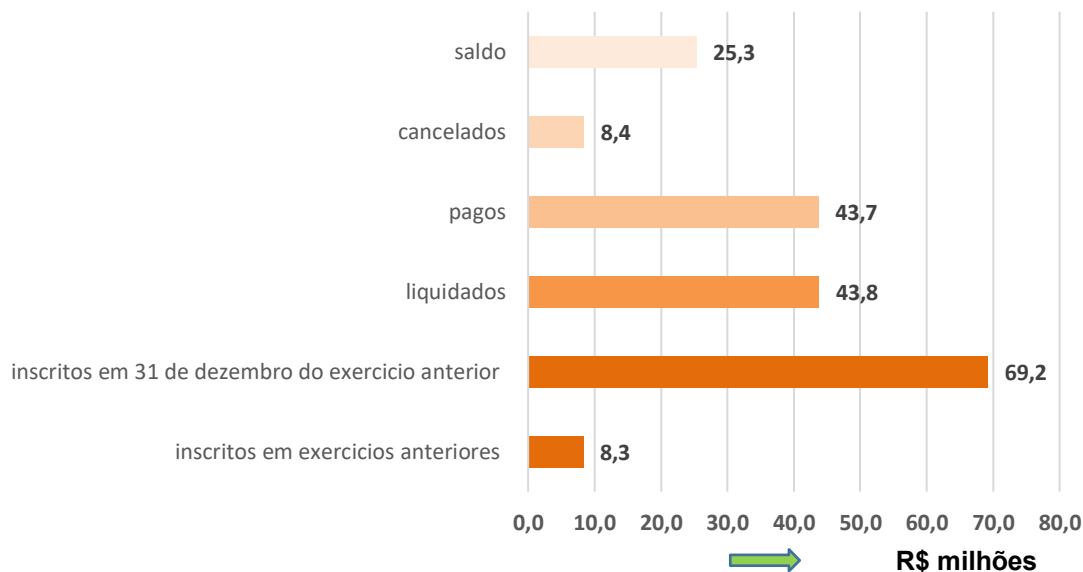
Evolução de Restos a Pagar não Processados em 2025

No início do exercício de 2025, o saldo inicial de restos a pagar não processados inscrito em contas orçamentárias totalizou aproximadamente R\$ 77,5 milhões.

A evolução desse montante no período está representada a seguir:

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025



A análise da evolução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) em 2025 revela uma gestão eficiente no cumprimento de compromissos assumidos em exercícios anteriores.

Redução expressiva do saldo:

O Instituto iniciou o ano com um passivo de R\$ 77,5 milhões em despesas empenhadas, mas não ainda liquidadas (onde o serviço ou o produto ainda não havia sido entregue). O saldo atual de R\$ 25,3 milhões indica uma redução de aproximadamente 67% (R\$ 52,2 milhões) desse montante ao longo do período.

Eficiência na execução:

Essa queda acentuada demonstra que o Instituto teve sucesso em:

- Liquidar obrigações: transformar RPNP em Processados mediante a entrega de bens e serviços pelos fornecedores.
- Saneamento das contas: possível cancelamento de empenhos antigos que não seriam mais executados, liberando espaço orçamentário.

Fluxo de Trabalho:

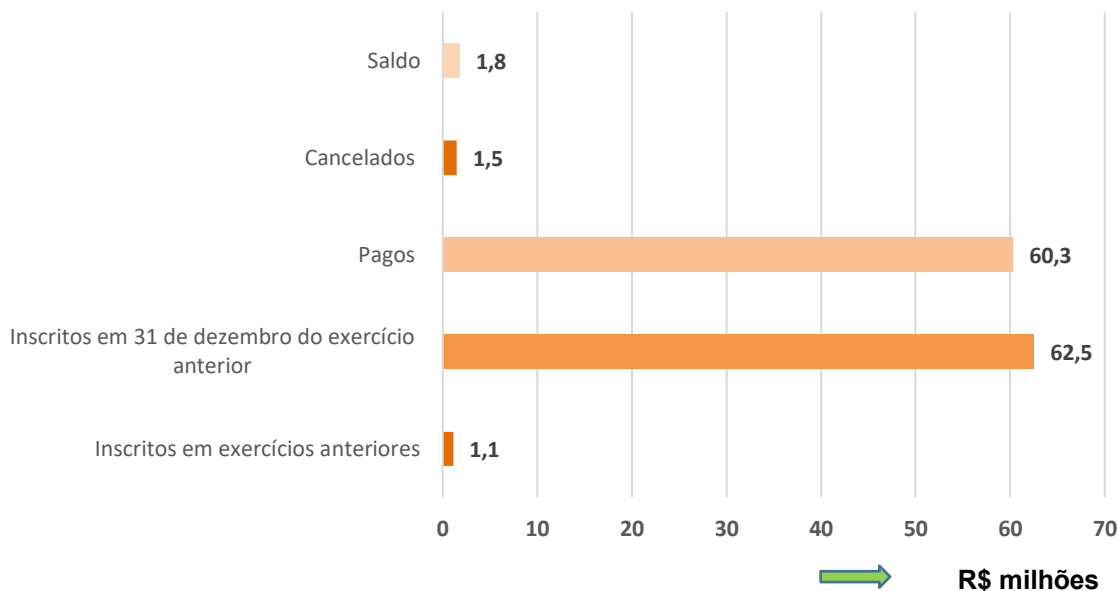
O saldo remanescente de R\$ 25,3 milhões representa contratos que ainda estão em fase de execução física. O fato de o valor ter caído significadamente sugere que a instituição não está deixando acumular estoques de dívidas antigas, o que evita a sobrecarga financeira de exercícios futuros.

O cenário é positivo. A evolução apresentada reflete uma capacidade administrativa de dar vazão aos processos iniciados anteriormente, reduzindo a dependência de orçamentos passados e saneando o balanço patrimonial do Instituto em 2025.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Evolução de Restos a Pagar Processados e não Processados liquidados em 2025.

A análise da evolução dos Restos a Pagar Processados (RPP) e dos Não Processados Liquidados em 2025 reflete a etapa de encerramento das obrigações financeiras do Instituto em relação a exercícios anteriores.



De igual modo, a análise da evolução dos Restos a Pagar Processados (RPP) e dos Não Processados Liquidados em 2025 revela uma gestão eficiente no cumprimento de compromissos assumidos em exercícios anteriores.

Efetividade no Fluxo de Caixa:

A evolução desses valores ao longo de 2025 demonstra que o Instituto priorizou o pagamento de despesas cujos bens ou serviços já foram entregues (liquidados). Isso garante a manutenção da credibilidade junto a fornecedores e parceiros.

Saldo Residual Irrisório:

O montante remanescente de R\$ 1,8 milhão é considerado um valor residual (muito baixo) diante da magnitude do orçamento anual. Esse dado indica que quase a totalidade das dívidas de curto prazo herdadas de anos anteriores foi quitada durante o exercício de 2025.

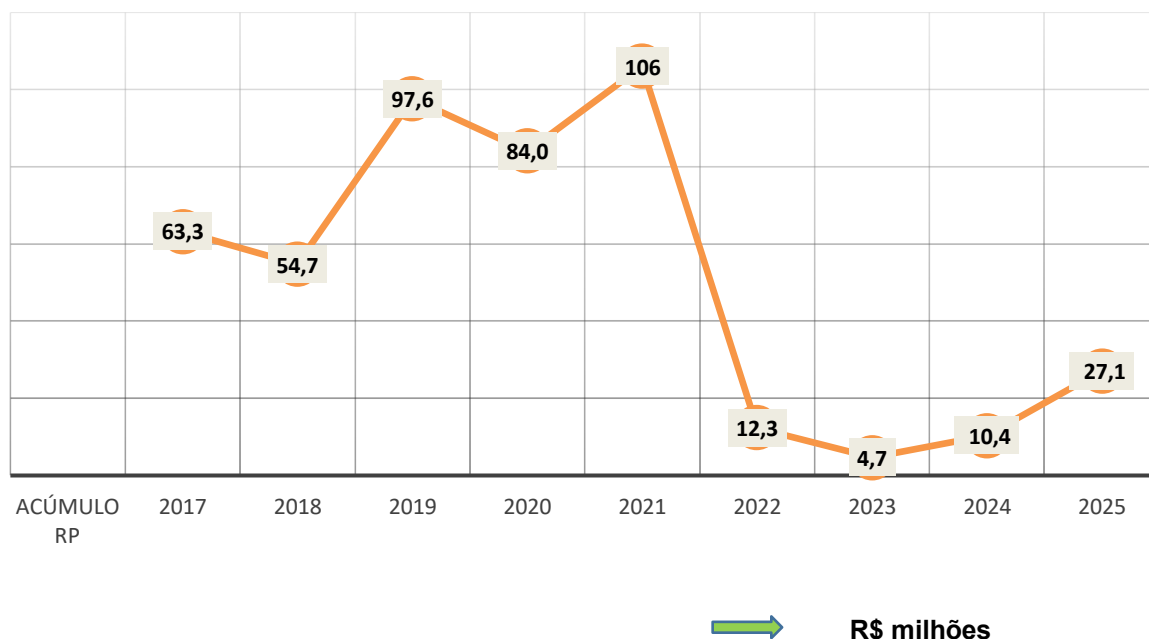
Saneamento do Passivo:

A baixa cifra final sugere que não há "represamento" de pagamentos. O Instituto entra no exercício de 2026 com um balanço financeiro saneado no que tange aos restos a pagar processados, reduzindo a pressão sobre o caixa atual para honrar compromissos antigos.

Os dados evidenciam uma excelente performance na gestão financeira, com foco no cumprimento das obrigações contratuais e na redução drástica do estoque de dívidas já reconhecidas (processadas), restando apenas um saldo mínimo a ser regularizado.

-

Montante de Restos a Pagar



Permanecem inscritos em restos a pagar os seguintes valores: R\$ 25,3 milhões referentes a restos a pagar não processados e R\$ 1,8 milhão referentes a restos a pagar processados totalizando um montante de R\$ 27,1 milhões.

Período de Alto Endividamento (2017 a 2021)

Durante os primeiros cinco anos analisados, o Instituto operou com um volume de Restos a Pagar consistentemente alto, flutuando entre R\$ 54,7 milhões e R\$ 106,0 milhões.

- **Picos de Inscrição:** os anos de 2019 (97,6 milhões) e, principalmente, 2021 (R\$ 106,0 milhões) registraram os maiores níveis de passivos acumulados. Isso indica que, nesses casos uma parte substancial do orçamento empenhado não foi liquidada ou paga dentro do próprio exercício financeiro, sendo transferida como dívida para os anos seguintes.
- **Gestão de Estoque:** A média de endividamento nesse período foi de aproximadamente R\$ 81,1 milhões, sugerindo desafios recorrentes na execução orçamentária dentro do prazo.

Período de Saneamento Fiscal (2022 a 2025)

A partir de 2022, observa-se uma mudança radical na gestão dos Restos a Pagar:

- **Redução Drástica:** em 2022, o montante caiu quase 88%, para R\$ 12,3 milhões. Em 2023, atingiu o menor patamar histórico de R\$ 4,7 milhões. Esse saneamento indica um esforço concentrado para liquidar dívidas antigas e evitar novas inscrições de RP.
- **Controle efetivo:** A média de RP nesse segundo período é de aproximadamente R\$ 13,6 milhões, o que representa uma redução de quase 83% em relação à média do período anterior.

-

- **Recuperação Recente:** Houve um aumento nos saldos de 2024 (R\$ 10,4 milhões) e 2025 (R\$ 27,1 milhões) em comparação com o mínimo de 2023. No entanto, esses valores permanecem significativamente abaixo dos patamares observados antes de 2022, indicando que o controle fiscal mantido, mesmo com a ligeira elevação.

A evolução dos Restos a Pagar demonstra uma transformação na saúde financeira do Instituto após 2021. A gestão saiu de um cenário de alto acúmulo de passivos (acima de 100 milhões) para um cenário de controle rigoroso e saldo residual (na faixa de R\$ 10 milhões a R\$ 27 milhões) o que é um forte indicador de eficiência na execução orçamentária.

Impacto na Gestão 2026

A estrutura desse saldo é considerada saudável. O baixo valor de Restos a Pagar Processados sugere que não houve represamento de pagamentos por falta de caixa, enquanto o saldo de Não Processados assegura a continuidade de ações iniciadas anteriormente. Em suma, o montante total de R\$ 27,1 milhões demonstra uma transição de exercício com contas saneadas e passivo de curto prazo sob controle.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Principais Receitas

Fonte: Divisão de Arrecadação – DIARR/COFIN/CGFIN/DIPLAN.

As receitas apuradas nos exercícios de 2025 e 2024 estão detalhadas na Tabela, com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Receitas Totais – Exercícios 2025 e 2024

R\$ mil

Arrecadação por Fonte de Recurso	2025	2024	Variação % 2025/2024
Recursos de Concessões e Permissões - Florestas Nacionais (Fonte 1067000000)	8.285	11.083	-25,25%
Taxas e Multas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Processos Judiciais (Fonte 1052000189)	12.351	65.993*	-81,28%
Recursos Próprios Primários (Fontes 1038000000 e 1050000189)	158.245	207.135**	-23,60%
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 1051000189)	2.677	0	100%
Total Arrecadação ICMBio	181.558	284.211	-36,12%

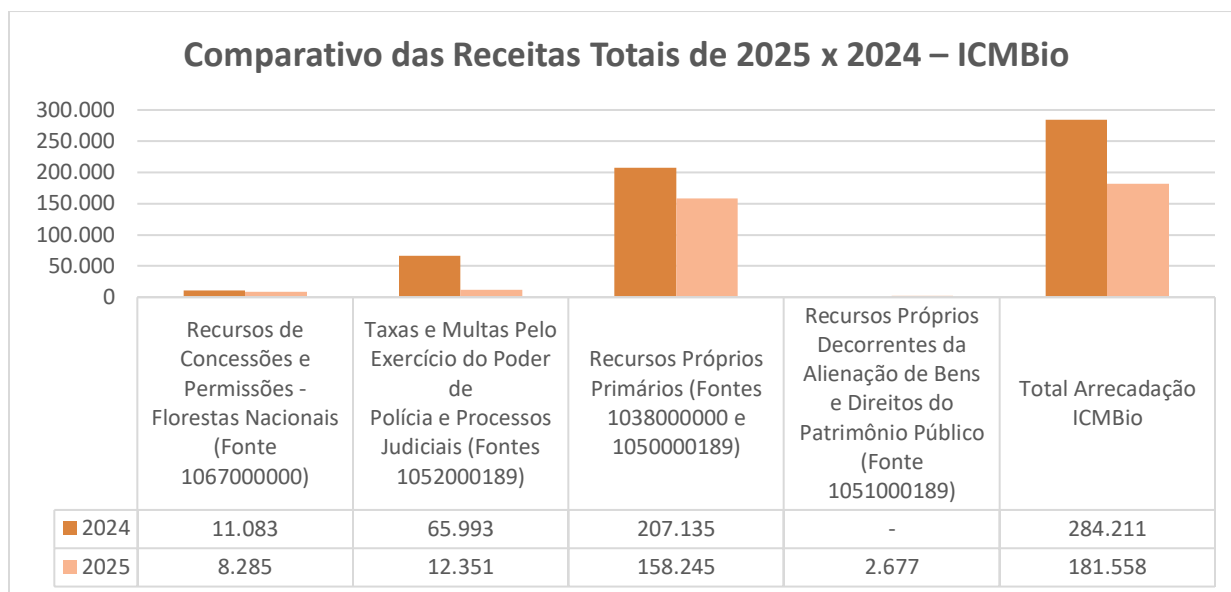
Alteração 1:

- Alteração na metodologia de cálculo: O novo método passará a considerar a receita total arrecadada proveniente de multas ambientais, independentemente dos valores repassados ao FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) e à AGU (Advocacia-Geral da União).

Alteração 2:

- Retificação do cálculo apurado: As receitas provenientes de taxas de inscrição em concursos públicos serão reincluídas na apuração, visto o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) de que esta arrecadação constitui receita pública.

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025



As receitas provenientes de concessões e permissões nas Florestas Nacionais (FLONAS) representaram 4,56% do total arrecadado no exercício de 2025.

Essas receitas (fonte 1067000000) referem-se especificamente:

- Ao repasse de 40% do excedente de arrecadação realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) ao ICMBio;
- Valores pertinentes à cobrança dos preços de concessão florestal de unidades localizadas em FLONAS criadas pela União;
- Conforme preconiza o Art. 39, § 1º, inciso II, da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.

Comparado ao ano de 2024, houve um decréscimo de 25,25% nesta categoria de arrecadação.

Metodologia de Cálculo das Multas Ambientais (Fonte 1052000189):

- Alteração Metodológica: Houve uma mudança na metodologia de cálculo dos recursos provenientes de multas ambientais.
- Novo Critério: O valor total arrecadado pelo ICMBio (independentemente dos repasses legais ao FNMA e à AGU) passará a ser considerado.
- Justificativa: O objetivo é garantir maior transparência aos órgãos de controle e estar em consonância com o interesse público.

A queda expressiva deve-se a um acordo judicial (transação resolutiva de litígio, conforme a Lei nº 13.988/2020), realizado com a empresa Samarco Mineração S.A. no exercício de 2024. Esse acordo, referente ao auto de infração PWH29K5A (processo administrativo 02125.000582/2022-67), resultou no pagamento total de R\$ 52.006.300,00 naquele ano, gerando uma base de comparação elevada para 2025.

É importante notar que, desconsiderando a receita não recorrente proveniente do acordo supracitado com a Samarco em 2024 (R\$ 13.987.096,65), a arrecadação do exercício de 2025 apresentou proximidade com a do ano anterior, registrando um decréscimo de apenas 13,25%.

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

As receitas de recursos próprios (fontes 1038000000 e 1050000189) representam as principais fontes de receita do ICMBio, totalizando expressivos 87,16% do arrecadado em 2025.

Essas fontes são responsáveis pela arrecadação decorrente de:

- Concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais;
- Exploração de atividades de visitação (educação ambiental, preservação, turismo ecológico, etc.);
- Autorizações de Supressão Vegetal (ASV).

Apesar da alta representatividade, houve um decréscimo de 23,59% na arrecadação desta categoria em relação ao exercício de 2024.

A principal justificativa para o decréscimo refere-se à celebração do Contrato de Concessão nº 002/2024. Firmado entre o ICMBio e a concessionária SPE - Urbia Cataratas Jericoacoara S.A. em 2024, o contrato teve como objeto a prestação de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara.

- Este contrato gerou um repasse de outorga fixa de R\$ 61.000.000,00 em 2024 (receita não recorrente);
- Para o exercício de 2025, não houve a celebração de novas concessões de grande porte, o que impactou a comparação.

No que se refere às receitas provenientes de visitação em unidades de conservação (seja por concessão ou cobrança direta), a arrecadação total em 2025 foi de R\$ 31.083.291,14.

Outro fator importante é o significativo aumento da receita de licenciamento ambiental. A arrecadação em 2025 atingiu cerca de R\$ 69.093.890,31 comparada a R\$ 25.086.196,17 em 2024, o que representa um aumento de 175,43%.

Um ponto relevante a ser enfatizado é a mudança significativa introduzida pela Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024. Essa emenda alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para incluir as receitas patrimoniais na Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A medida determina o repasse de 30% da arrecadação dessas receitas à Secretaria do Tesouro Nacional. Nesse contexto, as receitas patrimoniais do ICMBio — provenientes de aluguéis, arrendamentos (ex: Hotel Cataratas) e concessões (ex: Concessionárias) — resultaram em uma desvinculação de R\$ 14.250.374,60 ao Tesouro Nacional.

Em relação aos recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público, estes representaram 1,47% do total arrecadado em 2025. É importante destacar que não houve arrecadação dessa receita em 2024.

-

Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis 2025

Por fim, a Tabela, a seguir lista as Unidades de Conservação UCs que mais arrecadaram no exercício de 2025.

Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2025)	R\$ mil
Unidades de Conservação	2025
Parque Nacional da Tijuca - RJ	47.921
Floresta Nacional de Carajás - PA	29.844
Parque Nacional do Iguaçu - PR	22.514
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri-PA	22.302
UG Arrecadação 443032*	10.793
Reserva Extrativista do Rio Cajari - AP	7.472
Floresta Nacional de Saracá-Taquera - PA	7.186
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha - PE	3.807
Parque Nacional de Brasília - DF	2.682
Floresta Nacional do Jamari - RO	2.489
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO	674
Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo - RJ	651
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - PE	622
Floresta Nacional de Ipanema - SP	256
Total	159.213

* Arrecadações excepcionais com alienação de veículos (R\$ 2.676.557,81) e com a taxa de inscrição em Concurso Público (R\$ 7.998.501,00).

Brasília, 31 de janeiro de 2026

Coordenação de Contabilidade - CONT/CGFIN/DIPLAN/ICMBio.

Valteir Lopes Pereira, Analista Ambiental, Coordenador, CRC DF 011055/0

Willian Masson, Analista Ambiental, CRC DF 015332/O-6
